

**A ACESSIBILIDADE COMO FATOR IMPORTANTE NA CIDADE DE SERRA
TALHADA, PERNAMBUCO**

Nos dias de hoje percebemos o quão dificultoso é transitar enquanto pedestre, aos deficientes parece uma missão quase hercúlea. Entende-se que esse é um assunto de extrema importância, além de ser entendido como direito fundamental o acesso universal à assistência, à saúde e à educação, uma vez que estas exercem função transformadora na sociedade, sendo assim, mostra-se essencial que sejam construídas políticas públicas de acessibilidade. Desta forma, reconhecendo como direitos essenciais, visa-se, enquanto objetivo geral, analisar a acessibilidade das pessoas com deficiência. Buscou-se identificar tais elementos utilizando-se de recorte referente à observação direta percebida de que as pessoas com deficiência não têm conseguido se locomover com tanta facilidade nas imediações da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A metodologia foi baseada em pesquisa de campo, perpassando por uma revisão literária, remetendo a pesquisas bibliográficas em livros, artigos e leis, buscando autores que abordam sobre os temas de acessibilidade, políticas públicas e sobre os direitos das pessoas com deficiência. A pesquisa de campo foi primordial, porquanto era necessário conhecer o recorte apresentado para posteriormente realizar análise do que foi realizado através da observação direta, conhecendo o local, percebendo assim que o problema precisa ser debatido. A adoção de políticas públicas visando à reestruturação das calçadas e ruas que dificultam o acesso daqueles que frequentam a APAE deveria ser estudada pelos órgãos, com isso criariam normas padrões e o seu descumprimento poderia acarretar em multas. A proposta é desenvolver uma pesquisa mais detalhada e descritiva para apresentar os órgãos da cidade. Este trabalho procurou elucidar sobre a importância e as dificuldades envolvidas quando se trata de políticas públicas e acessibilidade de pessoas com deficiência, tendo uma grande relevância no que se refere aos usuários da APAE. É necessário que os órgãos municipais revejam suas Leis e seu Plano Diretor para conseguir cumprir o que é explícito, para que dessa forma a população consiga ter um retorno satisfatório.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Direito; Pessoas com deficiência.